

saúde
Pública

12 JUL 1996

VICENTE AMATO NETO E JACYR PASTERNAK

ESTADO DE SÃO PAULO

Privatizar o lucro e socializar o prejuízo

Algumas coisas são muito eficientes no capitalismo e no modelo neoliberal que está estabelecido. A produção de bens, a capacidade do mercado de adaptação às demandas, a satisfação do consumidor e a qualidade dos produtos ou serviços não encontraram até hoje nenhum outro sistema mais adequado do que o velho capitalismo, justificando essa verdade o fato de toda a concorrência ideológica ter ido para o brejo. O comunismo faleceu e o Estado de Bem-Estar Social está em franca decadência, tanto na Europa, onde é o modelo predominante, como nas suas cópias por outras bandas, incluindo tentativas muito tímidas de implantar algumas das suas salvaguardas na América do Sul.

O problema é que, quando se trata de serviços de saúde, os princípios básicos do capitalismo, como definidos pelo velho Adam Smith, não se aplicam. O paciente, consumidor, não tem meio de avaliar se o médico ou a instituição que ele vai utilizar são ou não bons para o seu caso. As necessidades percebidas nem sempre correspondem às que realmente devem ser atendidas pelo sistema.

O julgamento de métodos que concorrem só é viável quando o interessado possui suficiente informação e, em matéria de saúde, a complexidade do tema torna desinformados praticamente todos os que não estão na área. Mesmo médicos e outros profissionais conhecem muito pouco de áreas em que

não se especializaram. Isso explica em parte o enorme sucesso do charlatanismo.

Uma questão ainda mais crucial é que saúde depende de ações coletivas que, beneficiando todos, podem contrariar interesses pessoais ou de firmas. Num sistema capitalista é extremamente difícil estabelecer consenso quanto às providências vantajosas, em princípio, para a coletividade, mas cujas vantagens não são imediatas quando se contrapõem a problemas imediatos. Um bom exemplo dessa modalidade de conflito e de como as coisas correm é o monstro, ora no nosso Parlamento, regulamentando o funcionamento da chamada medicina de grupo e suas obrigações. Vários projetos

estavam disponíveis e a maior parte deles sensatamente cogitava de coberturas ampliadas, proibindo discriminações. Contudo, a proposta que finalmente vai à discussão privilegia as empresas do citado setor, o que não surpreende, pois esse segmento é extremamente bem representado no Congresso. Já os coitados que pagam os tais seguros e depois não recebem não o são.

Um sistema capitalista na produção não é incompatível com coberturas socializantes e o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), em essência, não torna o Brasil um país socialista. Ele poderia perfeitamente

ser gerenciado com seriedade, lógica e organizadamente, dando conta do recado, com grande lucro da sociedade capitalista como um todo.

Imaginem um SUS que funcione: o capitalista dono de firma não precisaria da tributação que tem, pois paga o atendimento por meio de impostos e, depois, quem pode repaga sob a forma de algum plano de saúde pessoal. O preço de um SUS competente, sem fraudes nem bandalheiras, não é muito maior do que o que consumimos hoje. Falta vontade política e escasseia, é bom que se diga, visão capitalista entre os nossos capitalistas, alguns dos quais parecem refugidos na ideologia feudal.

Num país como o nosso é inviável a privatização total da assistência médica e a respeito disso ninguém discute. É inviável, também, além de imoral, a privatização dependente do investimento público, e tínhamos a impressão de que algo de tal natureza acabara. Todavia, parece que a idéia básica do capitalismo brasileiro, baseada em privatizar o lucro e socializar o prejuízo, anda viva e muito ativa por aí.

Um sistema como o SUS, desde que bem gerido, pode ser uma maneira de dar à população mais desvalida uma rede de segurança, com garantia de que ao menos, quan-

do alguém ficar doente, será decentemente atendido, configurando ainda forma não-inflacionária de aumentar o salário social real. Ele torna viáveis pequenas empresas que não podem gastar com atendimento e leva a lucros coletivos que se refletem diretamente na economia, valendo salientar que esse tipo de auxílio não é considerado subsídio e, portanto, não implica brigas com nossos parceiros comerciais, cada vez mais irritados com o baixo custo da mão-de-obra no Brasil, ameaçando com taxas para equalizar os ditos custos sociais. O que nos encaifa é que não vemos a população nas ruas clamando por maior apoio e exigindo que o SUS faça o que tem obrigação de providenciar.

O ponto crítico é que numa democracia as coisas só andam quando há pressão do público, cobrando ações e desmanchando os lobbies que remam contra. Mais uma vez vamos dar uma de chatos e resmungar: nós simplesmente não vemos clamor por um melhor sistema de saúde. Não vemos gente revoltando-se com os caóticos prontuários ou com as mortes perfeitamente preveníveis que ocorrem por incompetência do serviço público. E enquanto o povo não for para a rua defender o maltratado SUS, ele não vai melhorar. Ao contrário. Daqui a pouco ele vai é exalar seu último *SUSpiro*.

■ **Vicente Amato Neto e Jacyr Pasternak**
são médicos e professores universitários